



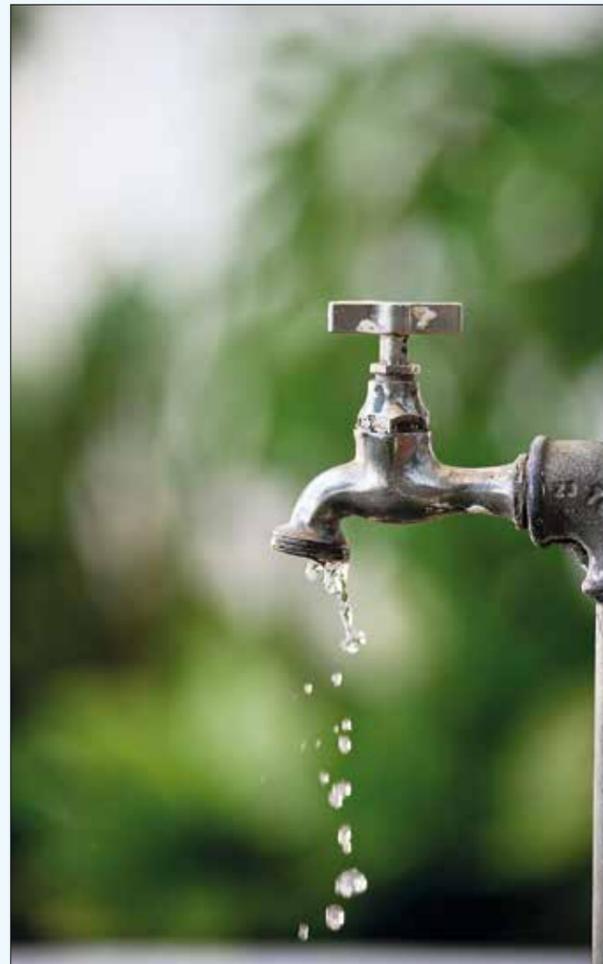
Congresso vota verba que garante renovação de contratos do Fies

Faculdades privadas estão há meses sem receber do governo e ameaçam não renovar matrícula de alunos que estudam por meio do Fundo de Financiamento Estudantil

O Congresso Nacional se reunirá hoje, às 11h, para votar projetos de lei e vetos presidenciais. O item mais aguardado da pauta é o PLN 8/2016, que prevê a liberação de R\$ 702 milhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Atualmente, perto de 2 milhões de universitários que têm contrato com o Fies correm o risco de abandonar os estudos, pois o governo federal não vem repassando as verbas para os bancos que fazem o pagamento às faculdades privadas. Sem o dinheiro, as

instituições de ensino ameaçam não renovar a matrícula dos estudantes. Pelas regras do Fies, o governo federal paga as mensalidades ao longo do curso e o estudante só começa a quitar a dívida, em parcelas, depois que se formar. O PLN 8/2016 também inclui a liberação de verbas para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Entre os vetos presidenciais que os parlamentares deverão votar, está o que derrubou o projeto que reajustaria o salário do defensor público-geral federal. **3**

especial Cidadania



Pedro Franco/Agência Senado

Senado já adota medidas para controle de água, energia e combustível

Consumo consciente é saída para preservar a natureza

A preservação do meio ambiente depende da mudança de hábito das pessoas, das empresas e do poder público. Medidas simples como separar o lixo de acordo com a reciclagem e diminuir o consumo de água em casa podem fazer

a diferença para o planeta.

No Senado, tramitam vários projetos com o objetivo de estimular o consumo sustentável, entre eles o que prevê a captação de água da chuva em prédios públicos para irrigação de jardins e limpeza de piso. **4**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Em audiência presidida por Paulo Paim (3º à dir.), participantes denunciaram indicação política para cargos no Geap

Servidores reclamam de aumento em plano de saúde

Representantes da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social protestaram, em audiência na Comissão

de Direitos Humanos, contra o aumento das contribuições cobradas pela Geap Autogestão em Saúde, a operadora de plano de saúde mais comum entre os servidores públicos

federais. Durante a reunião, os representantes dos servidores também criticaram a indicação política de pessoas para assumir cargos na operadora de planos de saúde. **3**

Debate critica mudança na previdência do serviço público

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes de sindicatos de servidores federais criticaram a proposta de novas regras para a Previdência dos funcionários públicos e alertaram para a perda de direitos consolidados da categoria. Os participantes do debate lembraram as reformas anteriores que acabaram com vantagens como aposentadoria integral e paridade entre ativos e aposentados. **2**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Sindicalista, Moacir Lopes reclamou do "desmonte do Estado" no país

MP que facilita privatização do setor elétrico está na pauta

O Plenário do Senado pode votar hoje a medida provisória que facilita privatizações no setor elétrico.

Aprovada na Câmara na terça-feira passada, com modificações, a MP 735/2016 altera vários pontos da legislação do setor, facilita a desestatização de distribuidoras de energia sob controle da Eletrobras, transfere ao consumidor final o custo extra da energia de Itaipu comprada do Paraguai e limita o subsídio federal para pagar o combustível usado na geração de energia para a Região Norte. **3**

Audiência aponta perda de mais de R\$ 345 bi com teto de gastos

Estudos apresentados ontem na Comissão de Direitos Humanos estimam que a perda com a PEC 241, que institui teto para gastos públicos, atingirá R\$ 345,14 bilhões nas áreas de saúde, assistência social e educação, nos próximos dez anos. Os dados estão em vídeo encaminhado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, exibido por Paulo Paim durante audiência. A saúde pode ser a mais prejudicada. Também foram entregues o prêmio Sérgio Arouca de Saúde e Cidadania e a medalha Jorge Careli. **3**

Reforma da Previdência de servidores sofre críticas

Principal queixa dos participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos diz respeito à possível perda de direitos dos funcionários públicos federais, caso alterações sejam aprovadas

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), representantes de sindicatos de servidores federais criticaram as propostas de reforma da Previdência Social e alertaram para a perda de direitos consolidados da categoria.

A reunião foi presidida por Paulo Paim (PT-RS) e contou com membros da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps).

Diretor da Secretaria de Administração e Finanças da Fenasps, Moacir Lopes, disse acreditar na existência de uma campanha orquestrada de enfraquecimento dos servidores com o objetivo de promover um “desmonte” do Estado.

— Não importa a nossa necessidade, importa cumprir a tarefa de vender o Estado.

Assesora jurídica da Fenasps, Paula Ávila Poli fez uma retrospectiva das alterações nas regras de aposentadoria dos servidores federais desde a Constituição de 1988.

Para Paula, a Emenda Constitucional 41/2003 promoveu a

alteração mais prejudicial. Ela retirou a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e também a possibilidade de aposentadoria com a integralidade da última remuneração, alterando o valor para uma média de 80% das maiores contribuições à Previdência nos últimos dez anos.

Outra alteração foi a elevação das idades mínimas para a aposentadoria com proventos máximos para 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens), com os requisitos de 5 anos no cargo (mantido), 10 anos na carreira (criado) e 20 anos no serviço público (aumentado).

A paridade foi recuperada

com a Emenda Constitucional 47/2005 e também com a aposentadoria integral. Porém, foi excluída do cálculo a Gratificação de Desempenho, que compõe boa parte da remuneração dos servidores federais.

A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, disse que há “terrorismo” do governo e da imprensa sobre o tema para garantir a continuidade de pagamentos de juros.

Também participaram Ana Luísa Dal Lago, da Secretaria de Aposentados da Fenasps, e Cleuza Maria Faustino do Nascimento, da Secretaria de Seguridade Social da Fenasps.



Representantes de sindicatos de servidores estiveram presentes na audiência

Lasier lamenta desvalorização dos professores

Lasier Martins (PDT-RS) parabenizou os professores do país pela comemoração do Dia do Professor. O senador disse que a profissão está muito desprestigiada, devido aos salários, à infraestrutura e à falta de valorização. Ele afirmou que os senadores terão muito a debater com a MP do Ensino Médio. Para Lasier, temas como ensino integral e matérias obrigatórias e optativas terão de ser discutidos com profundidade.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Paim diz que há impunidade no caso da boate Kiss

Paulo Paim (PT-RS) manifestou indignação ontem pela decisão da Justiça Militar gaúcha que absolveu um bombeiro e reduziu a pena de outros dois pelo acidente que vitimou 242 pessoas e deixou 600 feridos na boate Kiss, em Santa Maria (RS).

O senador protestou contra o fato de o Ministério Público do estado processar três pais de jovens mortos na boate. Eles vão responder por calúnia e difamação por insinuar que um promotor foi omissivo, já que sabia que o local não tinha alvará para funcionar.

Jorge Viana pede manutenção de rodovias no Acre

Jorge Viana (PT-AC) pediu ao governo federal atenção aos trabalhos de manutenção da BR-364 e a continuidade das obras da BR-317, que deverá chegar até a fronteira do Peru e permitirá o acesso do Brasil ao Pacífico.

— O que de pior pode acontecer é a interdição da 364 por conta de chuvas. E aquela estrada, se passar dois anos sem manutenção, tem risco de fechar por conta da precariedade que temos, inclusive na maneira que tem a rodovia sido usada, sem limite de tonelagem.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Virgínio de Carvalho tomou posse ontem, em sessão presidida por Viana (D)

Segundo suplente, Virgínio de Carvalho assume vaga de Franco

Tomou posse ontem o senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE). Ele é o segundo suplente da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e assume a vaga no lugar de Ricardo Franco (DEM-SE), que ficará afastado por 15 dias para tratamento de saúde e

por 110 dias para interesses particulares.

Virgínio é pastor da Assembleia de Deus. No mandato passado de Maria do Carmo, era primeiro suplente e assumiu entre 2008 e 2009, quando a senadora se licenciou por problemas de saúde.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Inovação no Brasil

8h45 A comissão pode votar o PLS 547/2011, que estimula a inovação no Brasil, e mais 29 itens. Depois avalia emendas à LDO 2017.

CDH As empresas públicas e a crise

9h A comissão faz audiência sobre os efeitos da crise, focando empresas públicas.

CMA Desmatamento na Amazônia

9h30 A comissão pode votar o PLC 14/2016, que inclui, entre os equipamentos obrigatórios dos veículos, dispositivo antiesmagamento nas janelas cujo vidro é acionado por circuito elétrico, e mais 17 itens. Depois analisa plano de trabalho que estabelece como política pública a ser avaliada o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Em seguida, a votação de emendas à LDO 2017.

CÓDIGO DE AERONÁUTICA Consumidor

9h45 Audiência para analisar sugestões da sociedade sobre defesa do consumidor.

CAE Regras para licitações e contratos

10h Na pauta da comissão, o PLC 169/2015, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e mais 14 itens. Depois, votação de emendas à LDO 2017.

PRESIDÊNCIA Ordem do dia

11h Renan Calheiros dirige sessão do Congresso Nacional. Às 16h, preside a ordem do dia.

CONGRESSO Vetos presidenciais

11h Está convocada sessão do Congresso para análise de vetos e outros expedientes.

TRANSPARÊNCIA Emendas

11h A Comissão de Transparência vota emendas à Lei Orçamentária 2017.

CE Inclusão educacional

11h30 A comissão vota emendas à LDO 2017. Depois pode votar o PLS 208/2016, que obriga ações educacionais para jovens e adultos com deficiência, e mais 26 itens.

CRA Orçamento 2017

14h A comissão analisa emendas à LDO.

PLENÁRIO Privatizações nas elétricas

14h A MP 735/2016, que facilita privatizações no setor elétrico, está na pauta.

MP 739/2016 Previdência Social

14h30 Análise de relatório da MP, que altera regras da Previdência Social.

CCAI Emendas

14h30 A comissão analisa emendas à LDO.

CMC Acordo do Clima de Paris

14h30 A comissão mista promove audiência sobre estudo sobre a revisão das metas do Brasil no Acordo do Clima de Paris; em seguida, vota emendas à LDO.

VIOLENCIA CONTRA A MULHER Debate

14h30 A comissão faz audiência com os ministros da Saúde e da Justiça. Depois analisa as emendas à LDO.

CMO Lei orçamentária

14h30 Análise de sugestões à LDO.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Congresso vota hoje liberação de R\$ 702 milhões para o Fies

Projeto de lei em análise também prevê R\$ 400,9 milhões para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio. Pauta da sessão de hoje, que está marcada para começar às 11h, inclui ainda vetos presidenciais

O CONGRESSO NACIONAL deve ajudar hoje a resolver as dificuldades enfrentadas por 2 milhões de estudantes universitários em todo o Brasil. Está na pauta de votação o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 8/2016, que libera para o Ministério da Educação um crédito suplementar de R\$ 1,1 bilhão, dos quais em torno de R\$ 702 milhões são para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). A sessão começa às 11h.

O Fies é o programa do governo federal que concede empréstimos a estudantes para que cursarem universidade privada e só paguem

as mensalidades depois que já estiverem formados. Neste momento, várias instituições de ensino ameaçam não renovar a matrícula de alunos que estudam graças ao Fies porque o governo, em dificuldades financeiras, não tem repassado o dinheiro para os bancos que fazem o pagamento às faculdades. Os R\$ 702 milhões previstos no projeto visam resolver esse problema.

O restante do valor destinado ao MEC, R\$ 400,9 milhões, será empregado na realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Antes de votar a liberação dos recursos para o Fies, o Congresso

deve votar um veto presidencial e destaques feitos a dois vetos.

O veto a ser analisado é o que derrubou o PLC 32/2016, que reajustaria o salário do defensor público-geral federal. Quanto aos destaques, o primeiro se refere ao veto feito ao projeto que originou a Lei 13.328/2016, que reajusta a remuneração de várias carreiras de servidores, como os da Superintendência da Zona Franca de Manaus. O segundo, ao veto feito à proposta que originou a Lei 13.329/2016, que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico.

Privatização no setor elétrico está na pauta do Plenário

Está na pauta do Plenário de hoje a medida provisória que facilita privatizações no setor elétrico. A MP 735/2016 foi aprovada na Câmara no dia 11, na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 29/2016, do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator na comissão mista que analisou o tema.

A medida modifica vários pontos da legislação do setor, facilita a desestatização de distribuidoras de energia sob controle da Eletrobras, transfere ao consumidor final o custo extra da energia de Itaipu comprada do Paraguai e limita o subsídio federal para pagar o combustível usado na geração de energia para a Região Norte.

Conforme o projeto aprovado, o custo adicional de US\$ 240 milhões ao ano que o Brasil paga ao Paraguai pela sobra de energia de Itaipu não será mais pago pelo Tesouro Nacional, mas repassado para as contas de energia. A modificação atinge os consumidores do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, pois o Norte e o Nordeste não consomem energia de Itaipu. Segundo cálculos do setor, o aumento deverá ser em torno de 0,3% nas contas.

Debate aponta aumento abusivo em plano de saúde

Representantes da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) protestaram ontem, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), contra o aumento abusivo das contribuições cobradas pela Geap Autogestão em Saúde, a operadora de plano de saúde mais comum entre os servidores públicos federais.

Eles também criticaram a ingerência e a indicação política de pessoas incapacitadas para assumir cargos dentro da operadora de planos de saúde. Diretora da Secretaria de Seguridade Social da Fenasps, Cleuza Maria Faustino, afirmou que o governo vem demitindo todos os gerentes regionais da empresa para empregar apadrinhados políticos.

— A Geap acabou com o controle social nos estados. Tínhamos conselhos regionais que contribuía para levar as reivindicações dos assistidos até a empresa — explicou.

Diretora da Secretaria de



Debatedores criticaram ingerência política na gestão de plano dos servidores

Aposentados da Fenasps, Ana Luísa Dal Lago afirmou que os trabalhadores não podem permitir que a Geap faça novo reajuste e que expulse do plano o restante dos contribuintes. Ela afirmou que, se não houvesse corrupção e desvio de verba, não seria necessário um reajuste tão alto como o que foi feito em 2016.

— Pedimos ajuda tanto na questão do aumento quanto para acabar com a ingerência dos governos dentro da Geap.

Representando a operadora, Adilson Moraes da Costa, afirmou que a Geap luta

diariamente para oferecer o menor reajuste de preço. Ele explicou que a entidade não tem fins lucrativos e o que arrecada é para pagar os custos assistenciais. Segundo Costa, em 2016 os beneficiários tiveram que arcar com reajuste maior da contribuição em função da própria inflação dos custos médicos, multas e ações judiciais.

A diretora de Controle de Qualidade da Geap, Luciana Carvalho, ressaltou que 49% dos beneficiários estão na faixa etária acima de 59 anos, o que aumenta os custos.

Audiência discute efeitos do teto de gastos públicos sobre áreas sociais

A perda estimada para os próximos dez anos com a chamada PEC dos gastos públicos chega a R\$ 345,14 bilhões nas áreas de saúde, assistência social e educação. Os estudos estão em um vídeo, encaminhado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação contra a aprovação da PEC 241/2016, exibido ontem por Paulo Paim (PT-RS) durante audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre os efeitos do teto de gastos.

A saúde pode ser a mais prejudicada com menos R\$ 161 bilhões nos próximos 10 anos, seguida pela assistência social com R\$ 125,6 bilhões e a edu-

cação com R\$ 58,5 bilhões. De acordo com esses estudos, a PEC 241, se aprovada, inviabilizará estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. Aprovada em primeiro turno na Câmara, a previsão é que seja submetida ao segundo turno ainda em outubro.

Durante audiência, Paim e a coordenadora da ONG Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fatorelli, receberam o Prêmio Sergio Arouca de Saúde e Cidadania. Também foi entregue a Medalha Jorge Careli de Direitos Humanos ao deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) e à coordenadora do Projeto Marias, Norma Souza.



Paim (3º à esq.) conduz audiência que premiou o deputado Jean Wyllys (E)

Ferraço: cenário econômico permite queda de juros

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirmou que o cenário econômico é propício para que o Comitê de Política Econômica (Copom) do Banco Central reduza, nesta semana, a taxa básica de juros, que é de 14,25%, uma das mais altas do mundo.

Para o senador, o ambiente favorável foi gerado pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, pela tendência de queda da inflação e pela apresentação de propostas que geram segurança para investidores, como a aprovação, em primeiro turno, pela Câmara, da PEC que limita o aumento dos gastos públicos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medeiros destaca melhoria na competitividade de MT

José Medeiros (PSD-MT) comemorou o avanço de Mato Grosso no Ranking de Gestão e Competitividade dos Estados, do Centro de Liderança Pública. O estado subiu da 11ª posição em 2014 para a 10ª em 2015.

Para o senador, a melhoria se deve a avanços no acesso à energia elétrica, no custo da energia e dos combustíveis, na mobilidade urbana e na qualidade das rodovias. Ele atribuiu o mérito à gestão do governador Pedro Taques.

— A infraestrutura é a base do desenvolvimento socioeconômico. Sem infraestrutura, tudo mais fica comprometido.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Telmário lamenta mortes em presídio em Boa Vista

Telmário Mota (PDT-RR) lamentou ontem a morte de 25 presos durante rebelião em penitenciária de Boa Vista. Ele recomendou à governadora de Roraima, Suely Campos, a adoção de medidas capazes de alavancar a economia do estado e conter a expansão de facções criminosas.

— Muitos desses jovens estão na prisão porque o dinheiro que era para dar escola, emprego e oportunidade foi surrupiado por políticos corruptos.

O senador elogiou a edição da revista *Em Discussão!*, publicada pelo Senado, que tratou da administração dos presídios.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Lira apresenta projeto de lei que libera vaquejada

Raimundo Lira (PMDB-PB) lamentou a decisão do STF de considerar inconstitucional a lei que regulamenta a vaquejada e anunciou

a apresentação de projeto restabelecendo a prática dessa manifestação cultural que, segundo ele, gera mais de 600 mil empregos diretos no Brasil. — Não há nenhuma tortura ao animal — garantiu o senador.

Para Lira, “crueldade mesmo é criar frangos em granja”.

— A vaquejada é uma tradição. Ela encontra no passado a legitimidade necessária para se reafirmar como prática cultural no presente.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Consumir menos gera economia e preserva o meio ambiente

Pensar antes de comprar um novo produto e reciclar os que já possui são algumas das dicas para não gastar e cuidar da natureza

Patrícia Oliveira

A ATITUDE DO consumidor na hora de comprar pode fazer muita diferença para o meio ambiente e para o futuro do planeta. É necessário levar em conta bem mais do que o preço, a qualidade e a marca do produto. É preciso avaliar as consequências de cada escolha para evitar o esgotamento dos recursos da natureza, que são limitados e difíceis de repor.

Água, combustíveis fósseis, madeira, tudo isso pode acabar um dia se não houver um consumo consciente. Medidas simples como escovar os dentes com a torneira fechada, reduzir a impressão de papéis ou abolir o uso do carro em pequenas distâncias contribuem para a garantia de um mundo mais equilibrado com menos desperdício.

As pequenas mudanças em nosso dia a dia incluem ainda pensar em como é feito o produto e qual o seu destino final. Por exemplo, usar sacolas de tecido em vez de sacolas plásticas, que gastam muita água e energia na sua confecção, poluem o ambiente e levam centenas de anos para se decompor.

Onde comprar também é uma decisão importante. A empresa é certificada? É reconhecida por práticas socioambientais? A matéria-prima é extraída de forma sustentável? Tem embalagens recicláveis? Usa trabalho escravo ou infantil?

Para o Ministério do Meio Ambiente, o consumidor consciente é aquele que considera, ao escolher os produtos que compra, o meio ambiente, a saúde humana e animal e as relações justas de trabalho.

Dia do consumidor

A data de 15 de outubro foi instituída, em 2009, como o Dia do Consumidor Consciente, que age de forma responsável e solidária, pensando nas gerações que ainda virão. Para a diretora do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis do Ministério, Raquel Breda, essa prática deve ser estimulada desde muito cedo,

com as crianças.

— A compreensão de que se pode viver e ser feliz com menos e sem apego aos bens materiais, evitando assim o consumismo, é um ato de formação do indivíduo para a cidadania ambiental — afirma.

Antes de consumir, as pessoas devem se fazer perguntas: preciso mesmo de um aparelho celular novo? Será que o armário não está lotado de roupas e sapatos sem uso, comprados por impulso? E aquele objeto quebrado, será que não dá para consertar?

Ou que tal trocar? Diversas iniciativas da sociedade civil, como as feiras nas quais se troca de brinquedo a computador, além de sites colaborativos na internet que incentivam essa prática, estimulam valores como o desapego, o respeito ao próximo e ao meio ambiente.

O consumo consciente segue o chamado Princípio dos 3 Rs: reduzir, reutilizar e reciclar. O Instituto Akatu sugere mais um R, de refletir.

Excesso de lixo

Com 15 anos de existência, o Akatu é uma organização não governamental sem fins lucrativos, de São Paulo, que trabalha pela conscientização da sociedade em prol de novos estilos de vida viabilizados por modelos sustentáveis de produção e consumo.

A meta é ambiciosa: garantir uma transformação na mentalidade do consumidor, de forma a mobilizar a população brasileira até o final de 2022.

Para estimular a mudança de comportamento, são realizadas campanhas em escolas e na mídia, pesquisas e eventos com foco na educação. O instituto também atua em parceria com empresas.

Quanto mais consumimos, mais lixo produzimos. Só no ano passado, o Brasil gerou 79,9 milhões de toneladas de lixo. O dado é da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). A quantidade de materiais descartados continua a aumentar no país, tanto em termos absolutos como por indivíduo.

Em 2015, quase 30 milhões



Supermercado no Distrito Federal: reduzir, reutilizar e reciclar são as regras básicas para adotar o consumo consciente

de toneladas de resíduos sólidos urbanos foram depositados em lixões ou aterros que não estão adaptados de forma a proteger o meio ambiente.

A reciclagem é uma das ações prioritárias previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos. A lei de 2010 também estabelece a chamada logística reversa, que é a devolução ao fabricante de produtos como embalagens de agrotóxicos, óleos lubrificantes e pneus, pilhas e baterias, lâmpadas, peças e equipamentos eletrônicos e de informática e eletrodomésticos.

Essa prática mobiliza os consumidores, que restituem o material, responsabiliza as empresas, que reaproveitam o resíduo em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, e promove a integração de municípios na destinação final dos resíduos.

— Como consumidores podemos agir de modo ambientalmente correto em relação ao resíduo que produzimos. Estudos apontam que cada cidadão produz cerca de um quilo de lixo por dia. Mas esse lixo não é lixo. Entre 60% e 70% podem ser reaproveitados, pela compostagem, pela reciclagem ou pela reutilização. Então, de fato, só um percentual bem inferior é destinado ao aterro por ser considerado rejeito — explica a consultora do Senado, Karen Kassmayer.

O que significa que não só o poder público é responsável pelos resíduos. Karen defende a prática da coleta seletiva na casa de cada consumidor.

— Separar os resíduos de acordo com a classificação e destinar ao local correto: garrafas plásticas, embalagens em geral, vidros em uma categoria, papéis e papelão em outra. Em países desenvolvidos, o próprio cidadão participa da gestão do resíduo. Inclusive, sob pena até de multas e outras sanções. Mas aqui no Brasil nós temos primeiro o desafio de estimular que o consumidor faça essa coleta seletiva, completa a consultora.

Projetos propõem medidas para o consumo sustentável

Propostas apresentadas no Senado incentivam o consumo consciente, entre elas a de iniciativa do senador Eduardo Amorim (PSC-SE) que regula o recolhimento e a destinação final de baterias automotivas e industriais usadas (PLS 537/2011). Para cada bateria nova, os comerciantes terão de comprovar a coleta da mesma quantidade de produtos fora de uso.

Wilder Morais (DEM-GO) propôs a instalação obrigatória de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos (PLS 191/2013). A água captada servirá para descargas em vasos sanitários, irrigação de jardins e limpeza de pisos.

Outra proposta é o substitutivo de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ao PLS 187/2012, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que propõe a dedução de até 50% do Imposto de Renda sobre o valor total das doações feitas para projetos de reciclagem.

— A reciclagem de materiais e produtos é estratégica para o Brasil, com benefícios econômicos, ambientais e sociais — afirma Bezerra.

O consumo consciente dos recursos em prédios públicos também é fundamental. O Senado dá o exemplo e já adota práticas permanentes como monitorar o consumo de água, energia e combustível e fazer coleta seletiva do lixo.

— Esse tipo de atitude deve servir de exemplo para outros Poderes e se multiplicar para toda a sociedade — avalia José Medeiros (PSD-MT).

Também foi reduzida a distribuição de copos plásticos descartáveis. A pauta da ordem do dia passou a ser quase toda eletrônica, o que evita o consumo de 8,5 milhões de folhas de papel por ano, um custo de cerca de R\$ 300 mil anuais.

Ana Amélia (PP-RS) destacou que “não é só a questão da sustentabilidade do ambiente, é também o bolso, porque isso custa caro”.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é importante “o exemplo individual, não só nos locais de trabalho, mas também nos locais de moradia”.

Já Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o consumo consciente é “a defesa da vida, do ecossistema”.



Assista a vídeo da Agência Senado sobre o consumo consciente: <http://bit.ly/CidadaniaConsumoConsciente>

Saiba mais

Instituto Akatu: www.akatu.org.br PLS 191/2013: <http://bit.ly/projeto191>
PLS 537/2011: <http://bit.ly/projeto537> PLS 187/2012: <http://bit.ly/projeto187>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania